

# Estado de emergência na África do Sul

N. 2/11/84 p. 5

Serviço da AIM

— «É nosso dever moral garantir que o clima revolucionário não tenha qualquer progresso, pois é necessário que o sistema democrático se mantenha intacto» — declarou o Ministro da Lei e Ordem, Louis Le Grange, justificando a nova onda de repressão na África do Sul, que começou com a detenção em massa de líderes populares nas vésperas das eleições tri-raciais para indianos e as designadas comunidades dos mestiços.

A insurreição, que começou com a implementação da nova Constituição na segunda-feira, dia 3 de Setembro, continuou apesar da instalação de P. W. Botha como Presidente Executivo do Estado, com virtual poder absoluto há três semanas. Numa tentativa para diminuir aquilo que o regime chama de «situação revolucionária», foram banidas reuniões internas em 21 distritos municipais. As reuniões públicas há muito tempo que são consideradas ilegais. A interdição aplica-se para os Distritos municipais de Benoni, Fort Seafort, Germiston, Heidelberg (Transvaal), Joanesburgo, Parys, Pietersburg, Potchefstroom, Pretória, Queenston, Roodpoort, Sasolburg, Vanderbijlpark, Vereeniging, Welkom e Wonderboom.

O banimento estava em vigor até 30 de Setembro, dando tempo ao regime para constituir o novo Parlamento. Ela abrange as reuniões comemorativas de protesto e qualquer crítica sobre o governo. A extensão da interdição foi alargada pelo facto de que os ajuntamentos são definidos na essência por concentrações de mais de duas pessoas.

Na sua declaração Le Grange descreveu o tipo das reuniões proibidas como «todas as ajuntamentos onde põem em causa algum princípio político, ou qualquer princípio do governo, ou qualquer acção sobre o governo ou qualquer declaração ou a

aplicação ou implementação de qualquer acção não-autorizada, protecção, assalto, crítica ou discussão, que proteste contra, apoie ou a comemoração de qualquer coisa».

A oposição banida alargou-se, desde a atitude atentatória dos liberais brancos da oposição, provocando agitação de milhares de pessoas nas cidades negras quando eles celebravam o dia de Steve Biko, cuja detenção ocorreu no dia 12 de Setembro de 1977, na grande revolta que teve lugar em Soweto e Warmbaths, no Transvaal Oriental. Helen Suzman, do Partido Federal Progressista, disse que o governo se tinha tornado «histórico».

— «Mais qualquer coisa inventada para dar a impressão do estado de emergência nacional do que este absurdo de medidas incríveis que não posso imaginar, nem calcular» — disse ela.

Em Soweto, milhares de jovens desafiaram claramente o banimento. Eles marcharam, entoando canções de liberdade e fizeram flutuar a bandeira do Congresso Nacional Africano. Milhares de panfletos do ANC foram igualmente distribuídos e os recontros ecodiram quando a Polícia tentou pôr fim às comemorações em honra de Biko. Quarta-feira à noite mais de 100 000 pessoas fizeram um cordão nas imediações do Soweto e o contingente maciço da Polícia paramilitar continuava.

O Presidente da Liga dos Direitos Cívicos Liberais, Brian Bishop, apelou ao governo para suspender a implementação da nova Constituição, dizendo:

— «Nós acreditamos que o novo governo já tem falhas e o nosso País não pode permitir de forma alguma o desperdício do tempo ou dinheiro...».

No Vaal Triangle, que geralmente tem sido o centro dos levantamentos, os residentes ignoram o banimento e continuam a

sua insurreição contra a subida de rendas e contra os colaboradores do governo.

O regime, por outro lado, respondeu aos crescentes ataques da guerrilha movida pela ala militar do ANC Umkhonto We Sizwe, declarando que a unidade da guarda especial da Polícia terá reforçado o seu efectivo de 1000 para 10000 homens. A unidade pretende empreender boa protecção dos edifícios do governo que, frequentemente, são alvos de ataques. Nos três meses passados, registaram-se mais de nove ataques à bomba em edifícios semelhantes, só no centro de Joanesburgo. O plano, envolvendo vários milhões de randes, é mais uma pressão na economia nacional, que não respira de melhor saúde neste momento.

Condenando a nova Constituição e apelando para o fim do estado de emergência, a Frente Democrática Unida emitiu uma declaração no dia 14 de Setembro, dizendo:

«A cerimónia pomposa da investidura de P. W. Botha para o cargo de Presidente da África do Sul, é um exercício inútil e dispendioso para disfarçar a triste realidade do País. As dúzias de mortes nas cidades negras no Vaal Triangle e Soweto, a interdição de reuniões e a detenção arbitrária dos dirigentes da UDF e todos os outros aspectos demonstram a continuidade da existência da opressão e do «apartheid».

Desde o início, a UDF tem advertido que a Constituição é uma receita para o desastre, e totalmente inaceitável para o Povo sul-africano oprimido e explorado. A confirmar esta situação está o maciço imposto pago por cada cabeça nas eleições de Agosto. Os eventos trágicos nas cidades negras são uma indicação clara de que o «novo acordo comercial» para africanos e as autoridades negras não funciona.

«Nós vimos o evento de hoje, que é uma grande flagrante violação dos deveres básicos principalmente da democracia. Mas, nós estamos severamente surpreendidos, porque estamos cientes que o novo negócio é designado de facto para minar a democracia», disse a UDF.

— «A presença na cerimónia de tomada de posse de Jonas Savimbi, líder do movimento fantoche e reaccionário UNITA, surpreende-nos seriamente. Ela confirma a longa e permanente suspeita sobre a ligação entre o Governo sul-africano e os grupos fantoches, para procurarem minar os governos legítimos na África Austral» — acrescenta a UDF.

— «Nós queremos que o Governo sul-africano dê ao Povo da África do Sul garantias de que a combinação de factos, Dr. Jonas Savimbi, a actividade militar em Lohatla e a súbita algazarra sobre a presença de tropas norte-coreanas em Angola, qualquer coisa conhecida há dois anos, não é um meio claro de preparar o público sul-africano para outro «raid» «defensivo» no interior do Estado independente de Angola», salienta a declaração da UDF.

Com a abertura do novo Parlamento tri-racial, todas as indicações são de que levantamentos continuarão e o conflito continuará ao nível político e económico.

O reacender da rejeição da nova Constituição pela maioria sul-africana não pode ser ignorado pelos sul-africanos. A legitimidade que P. W. Botha procura alcançar através do processo das suas «reformas», não pode materializar-se, enquanto as circunstâncias de crise se têm aprofundado. A supremacia branca não é de tão longa persistência, como tem a imagem da política de «desenvolvimento separado». Tendo o próprio regime declarado que a política do «apartheid» não é viável, ela abriu-se por si mesma a pressões e exigências por um sistema viável pelo menos para aqueles a quem o Estado chama envolver dentro do seu esqueleto — o que hoje inclui mesmo o que o regime define por «africanos urbanos».

Embora os actuais levantamentos conduzidos pelo povo trabalhador, ao invés da iniciativa estudantil em 1976, não se possam sustentar indefinidamente, o «clima revolucionário» é uma nova realidade contra a qual o regime é obrigado a lutar, sob a ameaça da continuação de um processo revolucionário.